

## **MACIEL, OLEGÁRIO**

\*dep. fed. MG 1894-1910; pres. MG 1924; sen. MG 1930; pres. MG 1930; interv. MG 1930-1933.

*Olegário Dias Maciel* nasceu em Bom Despacho (MG) no dia 6 de outubro de 1855, filho do coronel Antônio Dias Maciel e de Flaviana Maciel.

Em 1858 transferiu-se com a família para Patos, atual Patos de Minas (MG), onde o pai se tornou fazendeiro. Fez os estudos preparatórios no Colégio Caraça, em Minas Gerais, diplomando-se engenheiro pela Escola Politécnica do Rio de Janeiro, então capital do Império, em 1878.

De volta a Minas em 1880, ingressou na carreira política, elegendo-se deputado provincial pelo Partido Liberal. Cumpriu o mandato até 1883, quando se afastou para ocupar o cargo de engenheiro superintendente da Companhia Belga de Estrada de Ferro de Pitangui a Patos, colaborando ainda na construção das ferrovias Bambu-Patos e E. F. Paraopeba. Responsável pela organização das bases republicanas no município de Patos, após a proclamação da República elegeu-se deputado à Assembleia Constituinte mineira (1890), revelando em sua atuação grandes preocupações com a questão dos transportes e da industrialização.

Em 1894 elegeu-se deputado federal pelo Partido Republicano Mineiro (PRM) e iniciou uma longa permanência na Câmara dos Deputados, à qual foi reconduzido por mais cinco legislaturas consecutivas e de onde só se afastou em 1910 por razões de saúde. Em 1914, com o início do governo do presidente Venceslau Brás, foi nomeado inspetor-geral do Serviço de Vias Férreas do Ministério da Viação e Obras Públicas, permanecendo no posto até 1918. Retornou então a Patos, dedicando-se à administração da fazenda que seu pai deixara.

Em 1922, por ocasião das eleições para a presidência do estado, o PRM o escolheu candidato à vice-presidência na chapa encabeçada por Raul Soares. Eleito, chegou a exercer a presidência de setembro de 1923 a março do ano seguinte por doença de Raul Soares. Com a morte deste em agosto de 1924, voltou a ocupar a presidência do estado até dezembro, quando foi empossado Fernando de Melo Viana, eleito em outubro para

completar o quadriênio. Retornando à vice-presidência do estado, ao mesmo tempo em que ingressava no Senado estadual para preencher a vaga deixada pela renúncia de Basílio de Magalhães, assumiu mais uma vez a presidência interina do estado entre 20 de fevereiro e 31 de março de 1926, pois Melo Viana se afastara do cargo para eleger-se vice-presidente da República na chapa encabeçada por Washington Luís.

Reeleito em 1927 para o Senado estadual com mandato até 1934, Olegário parecia fadado a lá encerrar sua carreira política, pois já contava 72 anos. Entretanto, com as crises que a política mineira atravessaria nos anos seguintes, viria a desempenhar papel relevante nos acontecimentos que antecederam a Revolução de 1930, na própria revolução e nos primeiros anos da República Nova.

### A SUCESSÃO MINEIRA E A REVOLUÇÃO DE 1930

No decorrer de 1929, três líderes do PRM surgiram como prováveis candidatos à sucessão de Antônio Carlos de Andrada no governo de Minas: o vice-presidente Fernando de Melo Viana e os ex-presidentes da República Venceslau Brás e Artur Bernardes. Também nesse período os governos dos estados de Minas, Rio Grande do Sul e Paraíba formaram a Aliança Liberal, lançando em setembro de 1929 a candidatura de Getúlio Vargas às eleições presidenciais do ano seguinte em oposição a Júlio Prestes, candidato apoiado pelo presidente Washington Luís.

Antônio Carlos esperou a consolidação da Aliança Liberal para iniciar as articulações sucessórias em Minas. Em 21 de outubro de 1929, após uma série de reuniões das várias facções do PRM, promoveu um encontro com Melo Viana, Venceslau Brás e Artur Bernardes, sugerindo então uma “fórmula conciliatória”. O candidato à presidência do estado seria o presidente do Senado estadual, e o candidato à vice-presidência o presidente da Assembleia Legislativa, na época, respectivamente, Olegário Maciel e Pedro Marques de Almeida.

Esta solução, além de possibilitar a conciliação das diversas facções do partido, encobria possivelmente outras intenções. Olegário Maciel era um homem de idade avançada, podendo-se supor que dificilmente chegaria ao fim de seu mandato de quatro anos. Assim, ao mesmo tempo em que permitia a obtenção de um consenso temporário, a adoção desta “fórmula” assegurava praticamente a continuidade do controle sobre o estado à facção de

Antônio Carlos, sogro do candidato à vice-presidência Pedro Marques de Almeida.

Olegário era amigo de Venceslau Brás e de Bernardes, e equidistante das facções por eles lideradas. Ambos aceitaram sua indicação como *tertius*. Melo Viana, porém, recusou-a e, com aprovação unânime das candidaturas pela convenção do PRM (3/11/1929), afastou-se do partido, aderindo abertamente à candidatura de Júlio Prestes à presidência da República e ingressando na organização que se constituía em Minas para conduzir a oposição à Aliança Liberal, a Concentração Conservadora. A indicação da candidatura de Olegário Maciel provocou, portanto, uma crise sem precedentes na história do PRM, da qual o partido não conseguiria se recuperar e de que resultaria em poucos anos a perda da hegemonia que detinha sobre a política mineira.

Embora candidato praticamente eleito à presidência do estado — o que efetivamente se deu — Olegário Maciel figurou também como postulante ao Senado Federal na chapa apresentada pelo PRM às eleições de março de 1930. Em Minas, o processo de apuração dos votos foi bastante tumultuado, sendo encerrado sem a proclamação dos candidatos eleitos para a Câmara e o Senado Federal. Dessa forma, o Congresso reiniciou seus trabalhos em maio sem a presença da bancada mineira, uma vez que não havia um único candidato diplomado.

Em 21 de maio, a Câmara discutiu o parecer da comissão de inquérito sobre as eleições mineiras, concluindo pela depuração de 14 candidatos do PRM e a diplomação em seus lugares de representantes da Concentração Conservadora. Em seguida, a Concentração Conservadora pretendeu impugnar a eleição de Olegário para o Senado sob a alegação de que teria de renunciar ao mandato para assumir o governo de Minas. Segundo Bruno de Almeida Magalhães, o presidente eleito Júlio Prestes se teria oposto à depuração de Olegário, garantindo o reconhecimento de sua eleição para o Senado.

Nessa altura ainda não era do conhecimento de Olegário o movimento articulado em Minas e nos demais estados aliancistas com o objetivo de derrubar o presidente Washington Luís. Retirado em Patos, Olegário permaneceu à margem da trama revolucionária até o final de junho de 1930. Nessa ocasião foi chamado por Antônio Carlos, principal líder do movimento em Minas, para comparecer com urgência a Belo Horizonte. Antônio Carlos passara a defender uma ação pacífica ao invés da solução armada e, segundo Virgílio de Melo Franco, desejava transferir a Olegário a responsabilidade pelo recuo de última hora.

Nesse meio-tempo, Virgílio de Melo Franco convenceu Cristiano Machado, futuro secretário de governo de Olegário, a escrever-lhe uma carta sugerindo a resposta a ser dada a Antônio Carlos. Olegário não atendeu ao chamado de Antônio Carlos e entrou em contato com Artur Bernardes, solicitando uma “orientação segura” sobre os rumos da política federal e mineira. Na carta enviada a Bernardes, Olegário reputava “uma grande calamidade para o país e especialmente para Minas qualquer movimento armado”. Bernardes respondeu declarando que a “revolução se tornara a única saída digna deixada pelo inimigo”. Devido à adesão de Bernardes ao movimento revolucionário, Olegário redefiniu seu ponto de vista, passando a concordar com a revolução.

Em 26 de julho, quando veio ao Rio de Janeiro para tomar posse no Senado, Olegário assumiu perante Lindolfo Collor e Joaquim Maurício Cardoso, emissários gaúchos da Aliança Liberal, o compromisso de apoiar a revolução, impondo porém a condição de que o movimento fosse deflagrado antes de sua posse no governo de Minas, marcada para 7 de setembro. A partir desse momento e até a vitória da revolução, Olegário manteve-se em contato com Getúlio Vargas e Osvaldo Aranha. Em 18 de agosto obteve de Vargas a garantia de que o governo do Rio Grande do Sul assumiria a responsabilidade ostensiva pela iniciativa do movimento. Em seguida, várias datas foram fixadas para a eclosão do levante, decidindo-se afinal esperar pela mudança de governo em Minas.

A posse de Olegário no governo do estado, em 7 de setembro de 1930, deu ao governo federal a impressão de que Minas abandonaria o caminho da revolução. Havia efetivamente em torno do novo presidente de Minas uma expectativa pacifista. Com base nessa suposição, Washington Luís ordenou a imediata retirada de vários contingentes do Exército estacionados em Belo Horizonte desde o incidente entre aliancistas e concentristas ocorrido na campanha eleitoral em fevereiro de 1930 em Montes Claros (MG), no qual saiu ferido o vice-presidente Fernando de Melo Viana. Na capital mineira permaneceu apenas o 12º Regimento de Infantaria (12º RI), que tinha ali a sua sede.

Logo após a instalação de seu governo, Olegário autorizou a emissão de trezentos mil contos em apólices do Tesouro do estado para fazer frente à grave situação financeira de Minas. Desde 1929 Minas vinha enfrentando sérias dificuldades de ordem financeira em virtude da decisão do governo federal de suspender a entrega dos recursos provenientes do imposto de exportação do café. A medida fora tomada em evidente represália ao governo

de Minas, após o rompimento de Antônio Carlos com o presidente Washington Luís. Destinadas ao pagamento do funcionalismo e da Força Pública, as apólices passaram a ser conhecidas como as “olegárias”, pois tinham no centro a figura em meio corpo de Olegário Maciel.

Em meados de setembro, Olegário entrevistou-se com Lindolfo Collor em Belo Horizonte, aprovando os planos militares da revolução e a imediata fixação da data do levante contra o governo de Washington Luís. Em 3 de outubro, logo após o início da sublevação em Porto Alegre e Belo Horizonte, Olegário comunicou aos prefeitos do interior de Minas a adesão de seu governo à insurreição. Em 48 horas, forças revolucionárias assumiram o controle do Rio Grande do Sul e de várias capitais do Nordeste do país. Em Belo Horizonte, o 12º RI resistiu durante cinco dias, retardando o avanço do movimento no estado.

Após a rendição do 12º RI, o governo mineiro transferiu-se para Barbacena, estabelecendo nessa cidade a base das operações militares contra as guarnições federais aquarteladas em Três Corações, São João del Rei e Juiz de Fora. Olegário permaneceu em Belo Horizonte, continuando a exercer, pelo menos formalmente, a chefia do movimento em Minas. Em 15 de outubro, as forças revolucionárias já controlavam a maior parte do estado, após alguns combates com as poucas tropas federais fiéis a Washington Luís. Tornou-se então evidente que os combates decisivos seriam travados na faixa de fronteira de Minas com o estado do Rio, ocupada por tropas paulistas. Na ocasião, Olegário comunicou a Osvaldo Aranha que as forças mineiras não dispunham de munição suficiente para prosseguir o avanço em direção ao sul e o alertou para o perigo de uma contra-ofensiva paulista em território mineiro. Aranha prometeu redobrar a ofensiva contra São Paulo, a fim de obrigar o recuo das forças que ameaçavam Minas. Em 23 de outubro, o regimento federal de Juiz de Fora rendeu-se finalmente às forças rebeldes após um prolongado cerco. As tropas paulistas ainda ocupavam, porém, importantes posições do sul do estado.

Em 24 de outubro, Olegário foi informado da deposição de Washington Luís no Rio de Janeiro, reagindo com surpresa e desorientação ao novo curso dos acontecimentos. Somente no dia seguinte, após receber instruções de Osvaldo Aranha, assumiu posição em relação à junta governativa que tomara o poder e conclamou a população mineira a prosseguir a luta até a posse de Vargas na presidência da República. Em 3 de novembro, Vargas assumiu o cargo de presidente provisório, na condição de chefe do movimento

revolucionário vitorioso.

Reconhecido como o “general civil” da revolução, Olegário foi o único presidente de estado que se manteve no cargo após a mudança do regime, apesar do empenho de Osvaldo Aranha em nomear Virgílio de Melo Franco interventor federal em Minas. Durante as conversações para a formação do novo governo, Olegário reivindicou a nomeação do ex-secretário do Interior de Minas, Francisco Campos, para o Ministério da Educação e Saúde Pública, criado em 14 de novembro por Vargas. Embora a escolha de Campos tivesse sido acertada desde então, sua posse no ministério só ocorreria em 6 de dezembro de 1930.

### A LEGIÃO MINEIRA

A manutenção de Olegário Maciel no Executivo estadual não assegurou maior estabilidade política a Minas no período que se seguiu à Revolução de 1930. Desde sua posse, ele vinha se defrontando com sérias dificuldades para constituir dentro do PRM um grupo que pudesse servir de base de apoio ao seu governo. Em novembro de 1930, a ofensiva desencadeada pelos “tenentes” contra o predomínio oligárquico veio agravar esse quadro de instabilidade. Por outro lado, Artur Bernardes, o principal chefe oligárquico visado pelos “tenentes”, intensificou, àquela altura, sua agressiva política de consolidação de bases no estado. Sua força política chegou inclusive a sobrepujar as relações e ligações de Olegário com Antônio Carlos. Diante desse quadro, os “tenentes” passaram a denunciar, por meio da imprensa carioca, a situação de aparente subordinação de Olegário a Bernardes. A facção bernardista contava efetivamente com a anuência de Olegário para chegar ao controle do Executivo estadual. Em 21 de novembro, os secretários Cristiano Machado (Interior e Justiça), Alaor Prata (Agricultura) e José Carneiro de Resende (Finanças) tentaram convencer Olegário a renunciar ao cargo.

Nessa mesma ocasião, Olegário recebeu um telegrama assinado por Francisco Campos, pelos ministros Osvaldo Aranha (Justiça), José Fernandes Leite de Castro (Guerra) e Isaías de Noronha (Marinha), o chefe de polícia do Distrito Federal, João Batista Luzardo, e o ex-chefe do Estado-Maior das Forças Revolucionárias, Pedro Aurélio de Góis Monteiro, sugerindo a criação em Minas da Legião de Outubro, como instrumento de defesa e propagação dos ideais da Revolução de outubro de 1930.

Em 25 de novembro, Olegário formalizou com o porta-voz do governo provisório,

Francisco Campos, o acordo para criar a Legião de Outubro em Minas, desferindo o primeiro golpe contra a facção bernardista. No dia seguinte à visita de Campos, Olegário demitiu os secretários Cristiano Machado, José Carneiro de Resende e Alaor Prata, nomeando em seus respectivos lugares Gustavo Capanema (Interior e Justiça), Amaro Lanari (Finanças) e Cincinato Noronha Guarani (Agricultura). Segundo Helena Bomeny, a Legião de Outubro apresentou-se para Olegário como uma “porta aberta para a aliança com o governo provisório”, imprescindível à recuperação econômica e financeira do estado, seriamente abalado pela crise de 1929 e pelos gastos com a Revolução de 1930. Representava ainda a “garantia de seu fortalecimento como chefe de governo e a possibilidade de se firmar politicamente através da criação de uma nova base social de poder”.

A Legião de Outubro foi fundada em Minas em 27 de fevereiro de 1931, com o lançamento do *Manifesto ao povo mineiro*, assinado por Francisco Campos, Gustavo Capanema e Amaro Lanari. Inicialmente, a Legião encontrou receptividade das diferentes facções perremistas. Em pouco tempo, porém, configurou-se como séria ameaça ao predomínio do PRM, vale dizer, à corrente liderada por Artur Bernardes. Com o beneplácito de Olegário, Gustavo Capanema, Amaro Lanari e Francisco Campos moveram violenta perseguição aos elementos bernardistas, utilizando-se dos instrumentos típicos de pressão da política tradicional. Além disso, criaram um cargo paramilitar semelhante ao das organizações fascistas européias, adotando inclusive o uniforme cáqui que envergavam os nazistas em ascensão na Alemanha.

Olegário procurou inicialmente não tornar ostensivo seu apoio à Legião, mas, em 21 de abril de 1931, compareceu com a camisa cáqui da organização ao comício-parada por ele promovido em Belo Horizonte. Alguns dias mais tarde, Olegário anunciou a dissolução do PRM e sua absorção pela Legião. A partir desse momento, suas relações com o PRM, basicamente identificado com a facção bernardista, tornaram-se cada vez mais difíceis. Em junho de 1931, o ministro da Justiça, Osvaldo Aranha, rompeu publicamente com a Legião de Outubro, criando dentro do governo provisório um centro de oposição a Olegário Maciel. Paralelamente, em Minas, o PRM tentou reaglutinar suas forças com a organização de um congresso partidário em Belo Horizonte.

Em 15 de agosto, o congresso do PRM foi inaugurado com uma série de pronunciamentos e

denúncias contra atos do governo de Olegário Maciel, entre os quais as facilidades concedidas à Cia. Estrada de Ferro e Força e Luz Leopoldina-Cataguases, de propriedade de José Monteiro Ribeiro Junqueira, antigo perremista que aderira à Legião. O deputado Djalma Pinheiro Chagas propôs que o Congresso se declarasse em sessão permanente em claro desafio a Olegário. Em meio a esse clima de tensão, ocorreu a fracassada tentativa de deposição do presidente mineiro articulada por alguns congressistas e o ministro Osvaldo Aranha, com o apoio velado de Getúlio Vargas.

Em 18 de agosto, o coronel Júlio Pacheco de Assis, comandante do 12º RI, intimou Olegário a renunciar, alegando ter recebido ordens do Rio de Janeiro para assumir o governo do estado. Olegário repeliu o golpe com facilidade devido à pronta intervenção da Força Pública, controlada por seu secretário Gustavo Capanema, e às gestões de Antônio Carlos, Venceslau Brás e Francisco Campos junto ao governo provisório. Na tarde de 18 de agosto, o coronel Pacheco de Assis recebeu ordens do ministro da Guerra, Leite de Castro, para desmobilizar suas tropas. Osvaldo Aranha apressou-se em considerar o episódio como um simples “equívoco”, mas nem por isso as relações de Minas com o governo federal deixaram de ser afetadas.

Após a crise de agosto, Vargas reorientou sua estratégia de ação em Minas, procurando reforçar seus vínculos com o governo estadual e promover ao mesmo tempo um acordo entre as forças políticas mineiras. A essa altura, Vargas passara a considerar como fundamental o apoio integral de Minas a fim de fazer frente progressiva à oposição de São Paulo ao governo provisório. Com a ajuda de Capanema, Vargas foi capaz de recompor relações com Olegário, bastante abaladas em decorrência de sua participação nos acontecimentos de agosto.

Olegário impôs como principal condição para a efetivação do acordo a fusão da Legião Mineira com o PRM num partido único de apoio aos governos estadual e federal. Essa fórmula, batizada como “Acordo Mineiro”, foi acertada em fevereiro de 1932 através da formação do Partido Social Nacionalista (PSN). Nessa mesma ocasião, Olegário concedeu ao antigo PRM duas secretarias — Agricultura e Finanças —, comprometendo-se ainda a manter intactas as situações municipais. O PSN — também conhecido como a Frente Única Mineira — reuniu durante um curto período os dirigentes das distintas facções políticas



mineiras, dissolvendo-se em julho de 1932 com a eclosão da Revolução Constitucionalista de São Paulo.

## O MOVIMENTO CONSTITUCIONALISTA

No primeiro trimestre de 1932, Olegário chegou a endossar o movimento pela reconstitucionalização do país, liderado pelas frentes únicas de São Paulo e do Rio Grande do Sul, mas, em abril de 1932, colocou-se, juntamente com os demais líderes de Minas, ao lado de Vargas, ajudando-o a vencer a crise ministerial provocada pelas demissões de Maurício Cardoso e Lindolfo Collor, titulares das pastas da Justiça e do Trabalho, respectivamente, de Batista Luzardo, chefe de polícia do Distrito Federal, e de João Neves da Fontoura, consultor jurídico do Banco do Brasil. Francisco Campos preencheu a pasta da Justiça, apesar das pressões dos partidos gaúchos sobre Minas para que o estado não participasse da formação do novo ministério. Ainda em abril de 1932, Olegário, Antônio Carlos, Virgílio de Melo Franco e Artur Bernardes lançaram manifesto declarando ser “dever do povo mineiro apoiar com firmeza o governo originado da revolução” e comunicando que emissários mineiros entrariam em contato com os líderes de São Paulo, do Rio Grande do Sul e do movimento tenentista para tentar um acordo que garantisse a estabilidade do governo provisório.

Em maio, Vargas resolveu afinal convocar as eleições para a Assembleia Nacional Constituinte para maio de 1933. Essa decisão não impediu, todavia, o aprofundamento da crise política nacional. São Paulo, o principal centro de resistência ao novo regime, intensificou a oposição ao governo provisório. Em junho, após o fracasso das negociações entre Vargas e João Neves da Fontoura, representante da Frente Única Gaúcha (FUG), São Paulo decidiu lançar-se à luta armada, recebendo a promessa de adesão de numerosos chefes políticos gaúchos e do grupo de Bernardes, em Minas. No princípio de julho, Olegário conduziu uma última tentativa de conciliação, propondo a realização de um encontro dos dirigentes de São Paulo, Rio Grande do Sul e Minas em Belo Horizonte. Em 9 de julho, São Paulo rompeu as negociações, deflagrando o levante contra Vargas.

Durante os primeiros dias da conflagração, o governo mineiro permaneceu indeciso frente à Revolução Constitucionalista, hesitando inclusive em ordenar a mobilização da Força Pública. Em 15 de julho, Olegário definiu afinal a posição de Minas, manifestando apoio ao

governo provisório. Logo em seguida, as tropas mineiras foram enviadas para o sul do estado a fim de conter o avanço das forças paulistas na região. No decorrer de julho, Olegário recebeu vários apelos de Mário Brant, Djalma Pinheiro Chagas e Venceslau Brás para defender a causa paulista mas manteve inalterado seu compromisso de solidariedade a Vargas.

Em meados de agosto, o governador de São Paulo, Pedro de Toledo, e o chefe militar da rebelião, general Bertoldo Klinger, entraram em contato com Olegário, propondo a abertura de negociações de paz. Olegário respondeu afirmativamente, encarregando Gustavo Capanema de entrevistar-se com o emissário paulista, Fernando Costa, em Três Corações (MG). A proposta paulista tinha por base a derrubada de Getúlio e a instituição de um governo presidido por Olegário. Capanema rejeitou a fórmula, reafirmando o compromisso do presidente mineiro com Vargas e a convicção de que as promessas de reconstitucionalização seriam cumpridas.

Nesse mesmo mês, as tropas mineiras penetraram em São Paulo pelo eixo da Mogiana com destino a Campinas, enquanto outros pontos do estado eram ocupados por tropas federais. Em Juiz de Fora (MG) Bernardes tentou organizar um grupo de resistência armada a Olegário logo desbaratado pela polícia. Bernardes refugiou-se em seguida numa fazenda de Viçosa (MG), sendo descoberto e preso pelas autoridades mineiras em 23 de setembro. Após a capitulação de São Paulo em 2 de outubro, Olegário reivindicou a Vargas a deportação dos principais implicados no levante, em especial a de Artur Bernardes, como principal garantia para a reconstitucionalização do país e a reorganização partidária em Minas.

## O PP E A CONSTITUINTE

Em janeiro de 1933, juntamente com Antônio Carlos, Venceslau Brás, José Monteiro Ribeiro Junqueira, Gustavo Capanema e Virgílio de Melo Franco, Olegário fundou o Partido Progressista (PP) de Minas Gerais. O PRM se tornou definitivamente um partido de oposição, bastante enfraquecido em virtude do exílio de suas principais lideranças: Artur Bernardes, Djalma Pinheiro Chagas e Mário Brant.

Em abril de 1933, Olegário encontrou-se com Vargas na Chácara da Floresta, perto de Juiz de Fora, assegurando o apoio irrestrito da futura bancada progressista na Assembleia

Constituinte ao chefe do governo provisório. Vargas prometeu, por sua vez, apoiar a indicação de um candidato mineiro para a presidência da Assembleia Constituinte. Em maio, o PP obteve uma ampla vitória nas eleições constituintes, conquistando 31 cadeiras contra seis dadas ao PRM. Nos meses seguintes, Minas ascendeu ao primeiro plano da política nacional. Detentora da maior bancada estadual na Constituinte, constituía-se numa poderosa aliada para o governo provisório e os estados. Em princípio de agosto, Carlos de Lima Cavalcanti e Juraci Magalhães viajaram a Belo Horizonte, assegurando apoio à candidatura de Antônio Carlos à presidência da Assembleia Nacional Constituinte em troca do apoio mineiro às reivindicações específicas de seus estados.

Em 10 de agosto, Olegário participou da reunião da comissão executiva do PP com os deputados eleitos para definir a plataforma do partido na Constituinte. Apesar dos entendimentos firmados anteriormente com Vargas, o programa aprovado pelo PP nesse encontro colidia em vários pontos com o projeto de constituição elaborado pela Comissão do Itamarati, por incumbência de Vargas. Foram aprovadas teses como a manutenção do regime federativo, a autonomia de um regime representativo com duas câmaras eleitas pelo sufrágio popular e universal e finalmente a oposição à representação de classes na Assembleia Nacional Constituinte.

Em 5 de setembro de 1933, Olegário Maciel faleceu subitamente em Belo Horizonte. Com seu desaparecimento, Gustavo Capanema assumiu interinamente o cargo de interventor estadual e postulou de imediato sua efetivação, contando para tanto com o apoio do interventor gaúcho José Antônio Flores da Cunha. Virgílio de Melo Franco também lançou sua candidatura, recebendo o apoio de vários dirigentes do PP e do ministro da Fazenda, Osvaldo Aranha. Em 12 de dezembro de 1933, Vargas deu uma solução inteiramente inesperada ao caso, nomeando Benedito Valadares interventor no estado.

Olegário Maciel foi general de brigada honorário do Exército brasileiro.

Permaneceu solteiro até o fim de sua vida. Três de seus sobrinhos seguiram a carreira política. Adélio Dias Maciel e Leopoldo Dias Maciel atuaram na política mineira. O primeiro foi deputado estadual de 1919 a 1930, constituinte em 1934 e deputado federal de 1935 a 1937, ao passo que o segundo foi deputado estadual de 1947 a 1951 e deputado federal de 1951 a 1955. Já Lisânias Dias Maciel trilhou carreira no Rio de Janeiro. Foi deputado federal de 1971 a 1976, quando foi cassado, candidato derrotado ao governo

fluminense em novembro de 1982, constituinte em 1987-1988, novamente deputado federal de 1987 a 1992 e, finalmente, vereador à Câmara Municipal do Rio de Janeiro de 1997 a 1999.

*Paulo Brandi*

FONTES: ABRANCHES, J. *Governos*; ANDRADE, F. *Relação*; ARQ. OSVALDO ARANHA; BEHAR, E. *Vultos*; CALMON, P. *História*; CARONE, E. *República nova*; CARONE, E. *Revoluções*; CONSULT. MAGALHÃES, B.; *Correio da Manhã* (28/2, 3, 5/7/1931); CORRESP. ARQ. PÚBL. MINEIRO; *Diário da Manhã* (7/9/1933); *Diário de Notícias*, Rio (6/9/1933); DULLES, J. *Getúlio*; *Encic. Mirador*; FIGUEIREDO, E. *Contribuição*; FONTOURA, J. *Memórias*; FRANCO, V. *Outubro*; *Grande encic. Delta*; HEILBORN, M. *Oligarquia*; LIMA SOBRINHO, A. *Verdade*; MAGALHÃES, B. *Artur*; MEIRELES, M. *História*; MORAIS, A. *Minas*; NOGUEIRA FILHO, P. *Ideais*; PEIXOTO, A. *Getúlio*; *Personalidades*; POPPINO, R. *Federal*; RACHE, P. *Homens*; RACHE, P. *Outros*; *Regionalismo*; REIS JÚNIOR, P. *Presidentes*; *Rev. Arq. Públ. Mineiro* (12/76); SILVA, H. 1930; SILVA, H. 1931; SILVA, H. 1932; SILVA, H. 1933; SODRÉ, N. *História da imprensa*; TORRES, J. *História de Minas*.